

Escravidão no Brasil do século XIX

Profa. Margareth C. Franklin

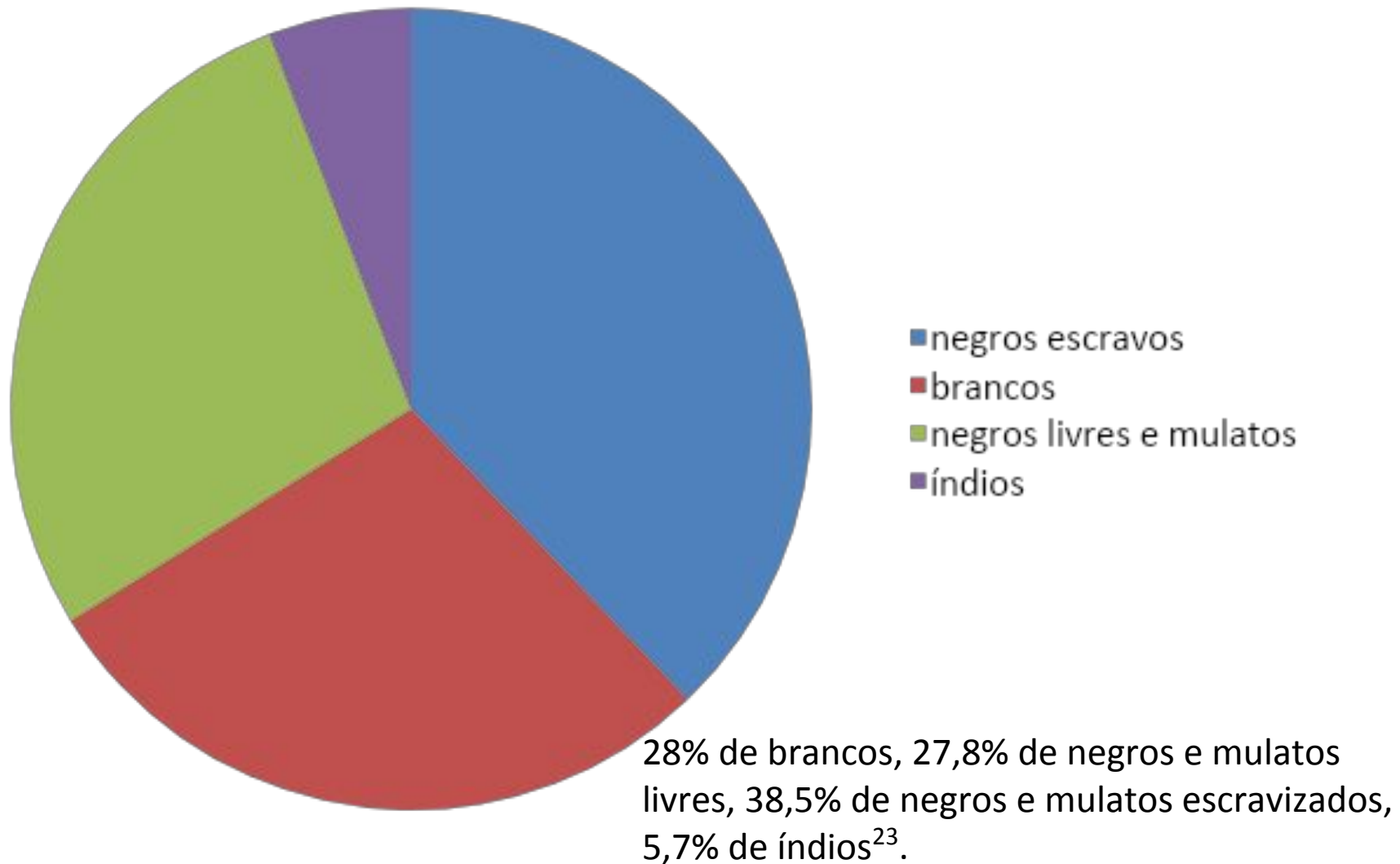
Império: Bóris Fausto

http://tvescola.mec.gov.br/index.php?option=com_zoo&view=item&item_id=22



Rugendas

Brasil :configuração demográfica no início do século XIX:



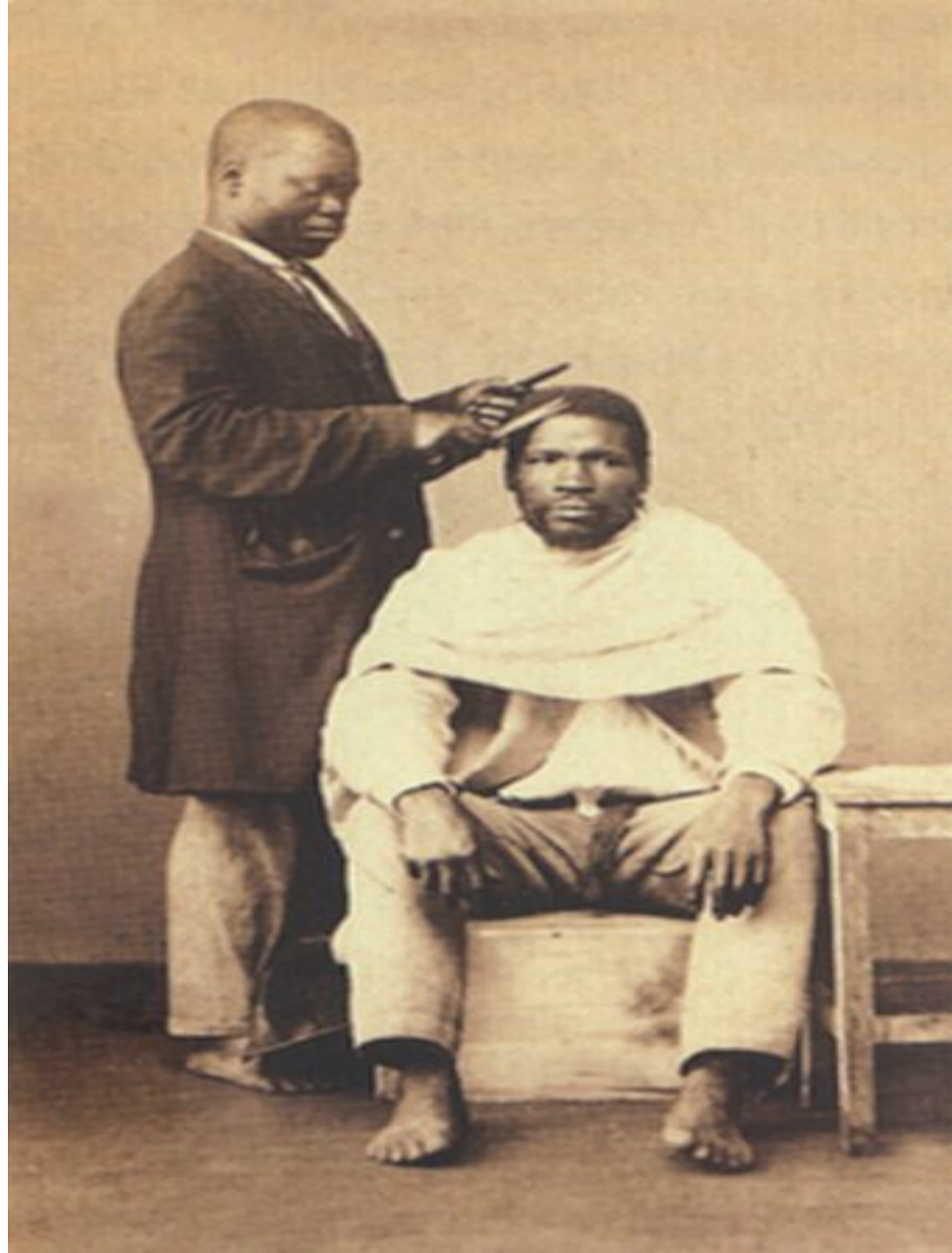


Fotografia de 1899



Navio Negreiro – daguerreótipo anônimo - meados do século XIX

No século XIX o que a diferenciava o Brasil em relação às demais sociedades escravistas das Américas era justamente uma considerável população livre negra ou mestiça descendente de africanos.



A origem dessa grande população livre negra e mulata :

- O tráfico transatlântico de escravos
- A dinâmica da alforria.



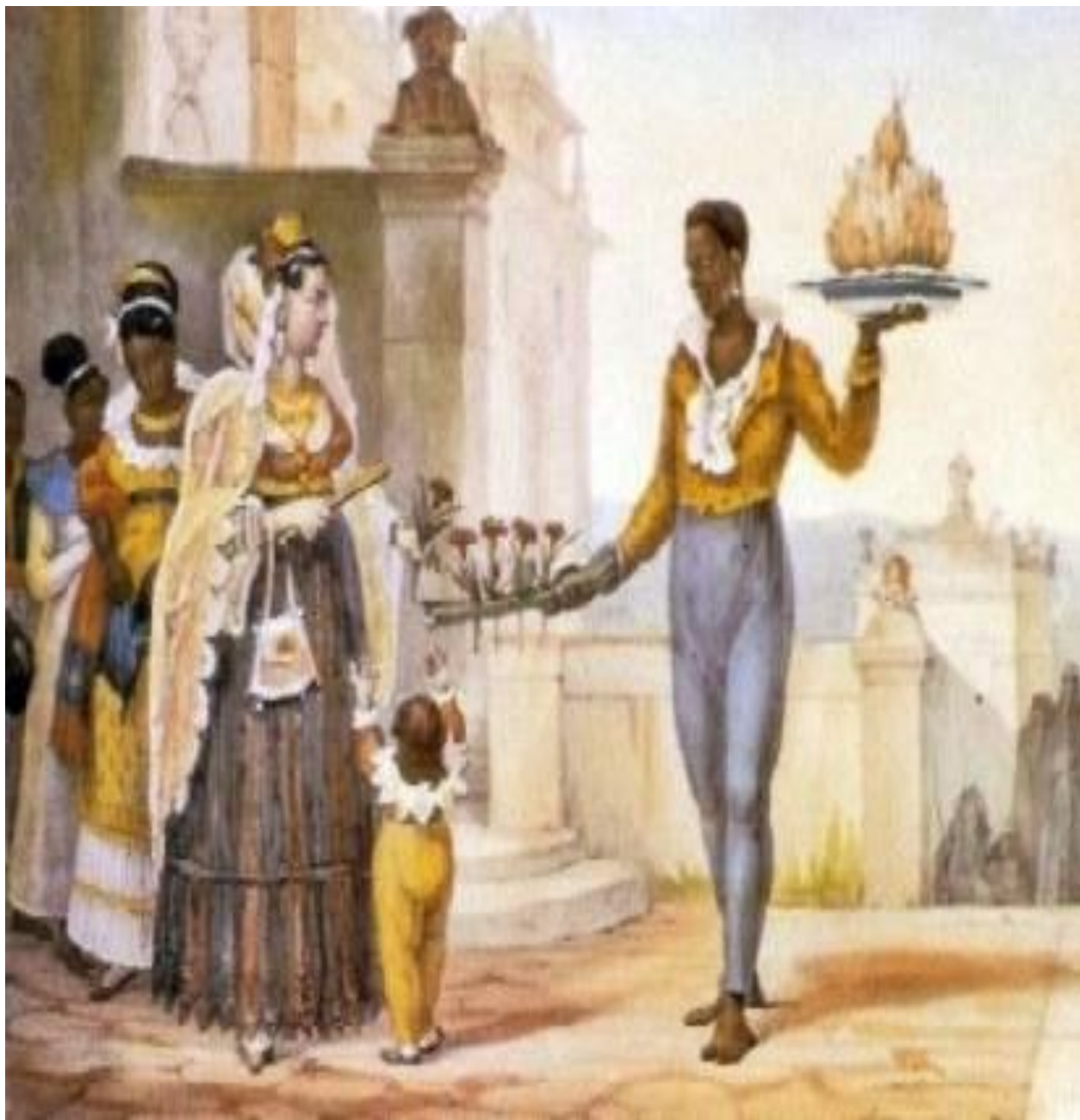
Frucht-Verhäuferin in Rio de Janeiro.

HENSCHEL & BENQUE
RIO DE JANEIRO



PHOTOGRAPHIA ALLEMA
40 RUA DOS OURIVES

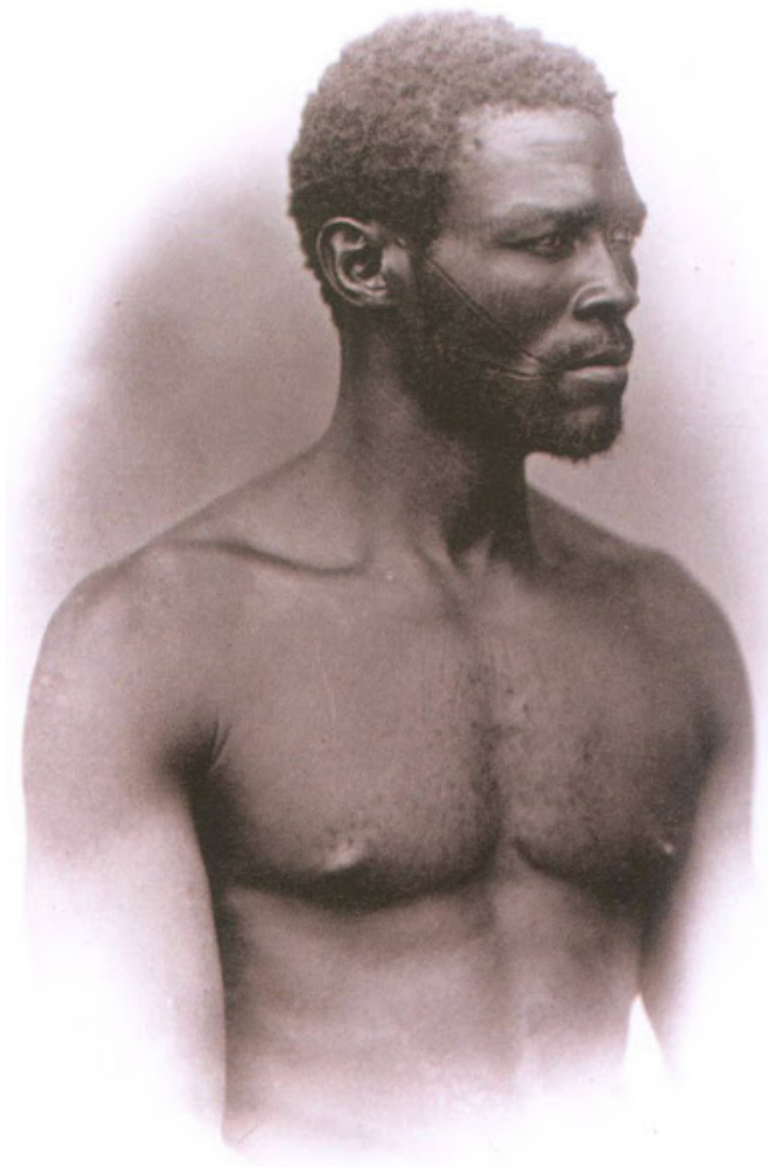
A sociedade
escravista
brasileira foi
fundada na
introdução
incessante de
negros
estrangeiros.



A libertação gradual dos descendentes dos africanos escravizados constituiu o principal meio para impedir radicalizações, como no Haiti.



Havia uma associação de negros e mulatos libertos e livres com o sistema escravista: o grande anseio econômico e social desses grupos era exatamente a aquisição de escravos, ou seja, tornar-se senhor.



Fotografias: século XIX



Jean Baptiste Debret, Negros e Mulatos Coletando Esmolas para Irmandades, Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil, 1834



Marc Ferrez

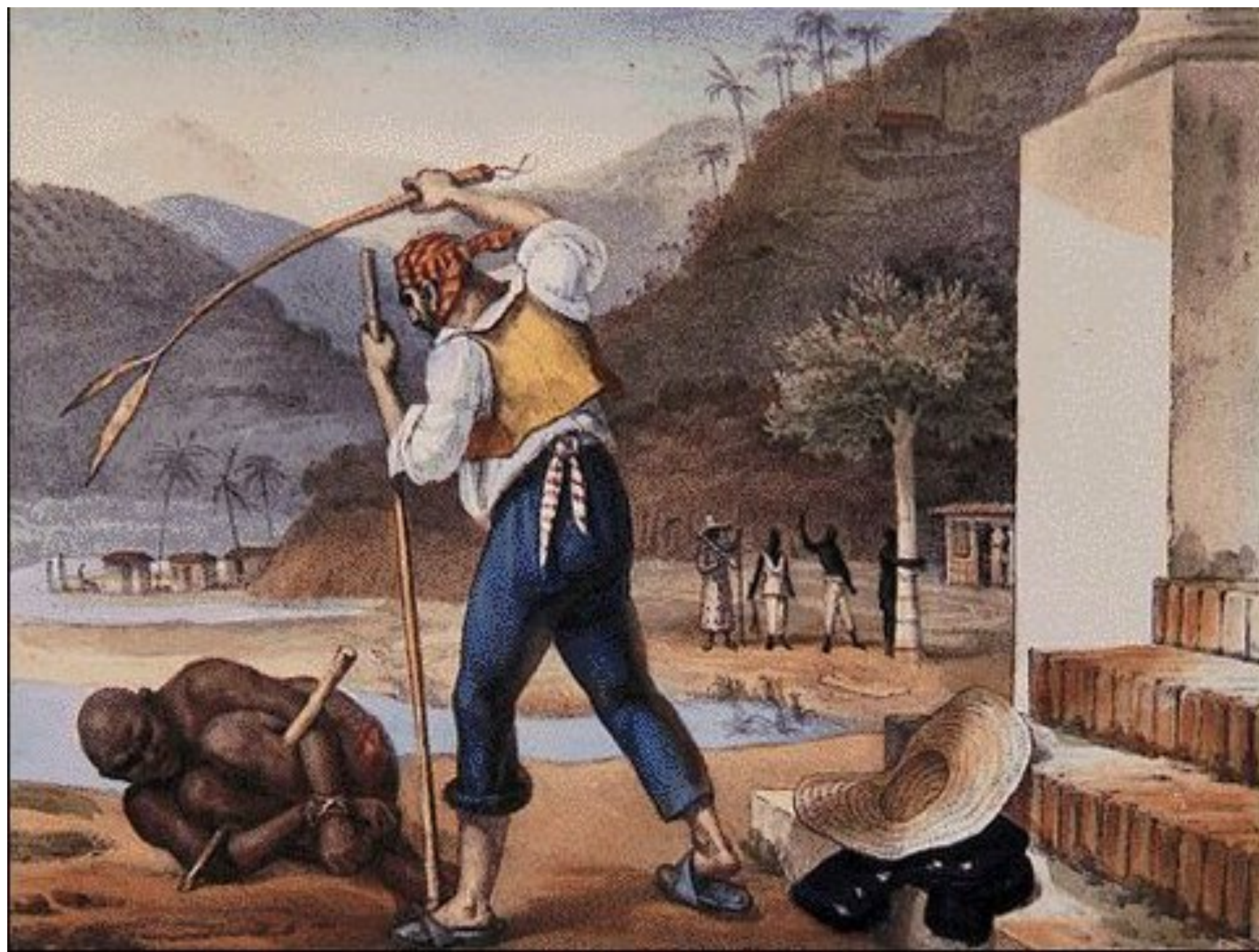


Marc Ferrez



Em geral os mulatos, cabras, crioulos forneciam o grosso dos homens empregados no controle e repressão aos africanos.

Eram eles que faziam o trabalho sujo dos brancos para manter a ordem : invadir e destruir terreiros religiosos nos subúrbios, perseguir escravos fugitivos através da província e derrotar as rebeliões escravas .



O comprometimento social dos negros e mulatos, quando livres e libertos com a instituição da escravidão, foi o elemento decisivo que garantiu a segurança do sistema escravista brasileiro.



No século XIX, já no período do Estado nacional, houve a expansão do tráfico negreiro transatlântico —proibido em lei desde 1831 .



No período da vinda da família real para o Brasil (1808) e o fim definitivo do tráfico, em 1850, chegaram mais de 1,4 milhões de novos escravos.



Duboué, del.

Lith. de Thierry (succr. Juchet) de Engelmann & Co.

DIFFÉRENTES NATIONS NÈGRES.

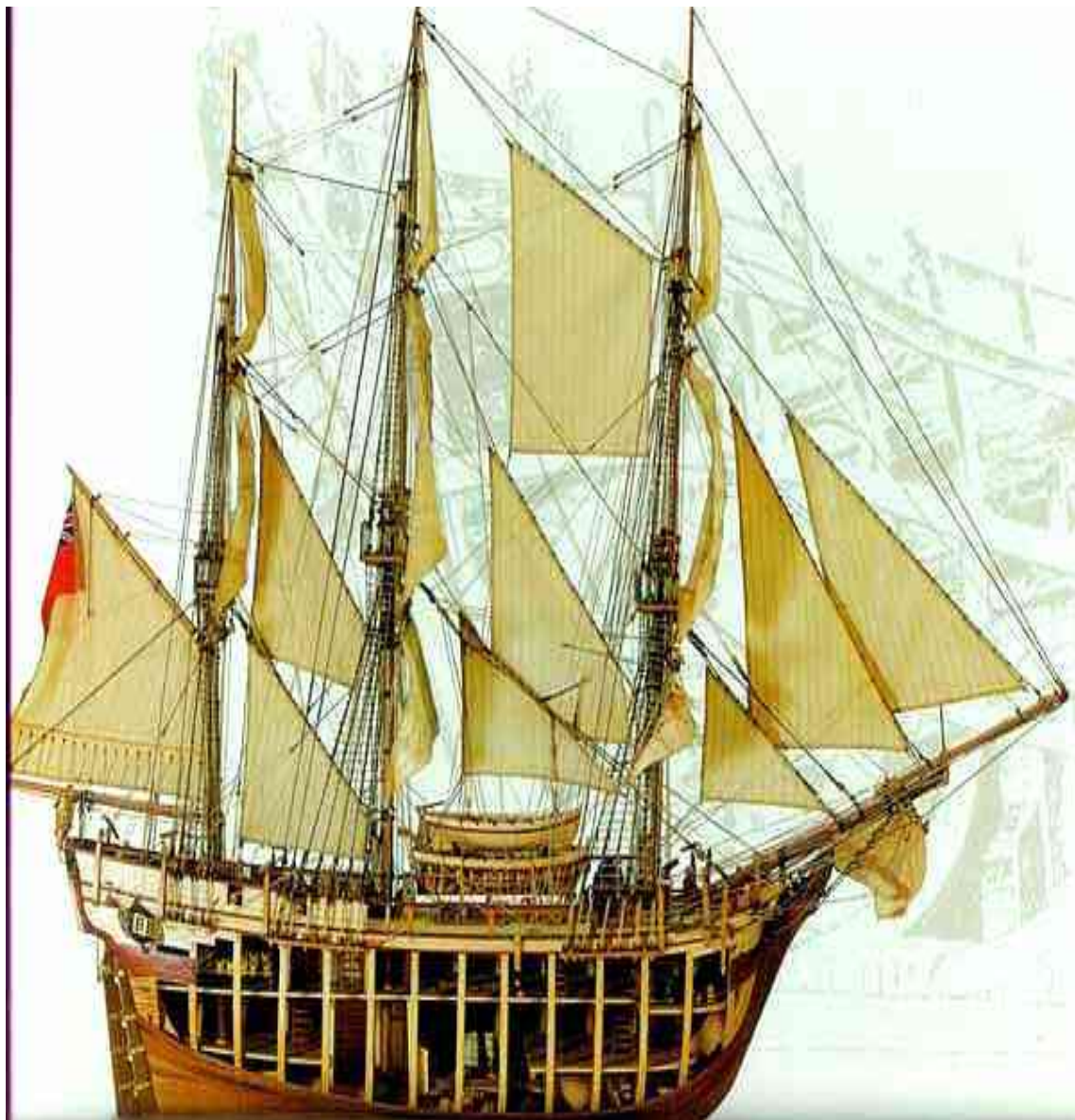
1. Monjolo; 2. Mina; 3, 4, 8, 9. Moçambique; 5, 6. Benguela; 7. Calava

A razão principal foi o desenvolvimento da cafeicultura no vale do Paraíba, que rapidamente converteu o Brasil no maior produtor mundial de café.



Negros na lavoura de café no século XIX

No século XIX, a maior ameaça ao escravismo brasileiro veio de fora, ou seja, da pressão antiescravista inglesa.



Em **1831** entrou em vigor uma lei que determinava a liberdade de todos os escravos que entrassem no Brasil. Também dizia que os envolvidos com o tráfico interno de escravos seriam punidos por conduta criminosa.

Art. 1º. Todos os escravos, que entrarem no território ou portos do Brasil, vindos de fora, ficam livres.
(Lei de 7 de novembro de 1831 ou Lei Feijó)



Mas durante toda a década de 1840 chegaram ao Brasil cerca de 380 mil escravos. Era a “Lei para inglês ver”



Naquele momento da história a Inglaterra era o país com maiores poderes e influências no planeta, naturalmente era a maior interessada na extinção do escravismo, já que permitia a ampliação de mercado consumidor



O modo de produção capitalista,
desintegrou por completo as velhas
estruturas baseadas no trabalho servil e na
escravidão



Da Inglaterra veio uma nova lei contra a escravidão e que incidiu diretamente sobre o Brasil, a ***Bill Aberdeen*** (1845)

Segundo esta, a Inglaterra concedia a si mesma o direito de legislar sobre os navios que realizavam o tráfico de escravos da África para o Brasil

A medida foi de forte impacto no Brasil por causa das relações entre os dois países, mas nos anos seguintes continuaram chegando africanos escravizados de forma ilegal.



Marcam o inicio da era capitalista
no Brasil duas leis:

1º) A Lei que aboliu o Tráfico
(04-09-1850);

2º) a Lei de Terras nº 601
(18-09-1850)



No Vale do Paraíba espalhavam-se as plantações de café, ampliavam-se os latifúndios em áreas antes dedicadas às lavouras de subsistência, agora cada vez mais exploradas pelo trabalho escravo.



A Zona da Mata, localizada no sudeste mineiro , chegou a ser responsável, com sua produção cafeeira, por mais de 60% da arrecadação estadual na década de 1870, chegando a 78,02% na década de 1920.



Durante a expansão cafeeira, moradores e pequenos posseiros foram expulsos pela ambição dos fazendeiros do café por terras.



Uma Lei de Terras aparecia agora como urgente e necessária para elite agrária Era preciso legalizar as terras ocupadas e os braços para o trabalho, ameaçados pelo fim do tráfico

Na teoria, a Lei de Terras aparecia para contrabalançar os efeitos da abolição, atendendo aos interesses dos latifundiários.



cartão-postal datado de 1880

A Lei de Terras determinava:

- . a legalização das sesmarias doadas até 1822 e das áreas que a partir daquela data estivessem ocupadas por mais de um ano;

- o registro de todas as terras num prazo de seis meses, sob pena de confisco;

- a medição e demarcação dos terrenos, sob risco de serem considerados áreas devolutas,
- e a criação de um imposto sobre as terras, que seriam confiscadas em caso de não pagamento por três anos consecutivos ou alternados.

Toda terra ocupada por meios legais ou ilegais foi regularizada pela Lei de Terras, que preservou a estrutura latifundiária.

Assim, conforme a Lei de Terras, os trabalhadores foram afastados da terra e dos meios de subsistência.

A Lei de Terras foi aprovada no mesmo ano da Lei Eusébio de Queirós, que previa o fim do tráfico negreiro e sinalizava a abolição da escravidão no Brasil.

Nessa época chegavam ao país os primeiros imigrantes. Era a transição da mão de obra escrava para assalariada.